

Acordo para mudar regimento está quase fechado

Fotos: Valério Ayres

Os representantes das diversas correntes políticas na Constituinte praticamente fecharam, ontem, um acordo para a alteração do Regimento Interno da Casa que vai regular as votações do projeto de Constituição, durante almoço na casa do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Na ocasião, ficou confirmado também para a próxima quarta-feira a votação nas mudanças do Regimento.

Segundo o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a tendência é a de fazer um acordo possibilitando a votação do projeto de Constituição ressaltando os destaques a serem oferecidos pelos constituintes. Cabral adiantou também que já existe um consenso entre o PMDB e o "Centrão" no sentido de que os pedidos de preferências para as votações devam ser aprovados com a maioria de 280 votos.

Entendimento
À saída do almoço, lideranças da Constituinte pregavam sem exceção a necessidade de se promover um entendimento em relação à alteração do Regimento Interno a fim de evitar um impasse que impossibilite a elaboração da nova Constituição. Da ala centro-esquerda aos conservadores do "Centrão", todos defendiam uma solução negociada para viabilizar a votação do projeto de Constituição em plenário.

"Um acordo é necessário e indispensável para evitar um impasse porque se não houver entendimento não haverá Constituição", advertiu o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que participou do almoço como representante do grupo "Centrão". Sant'Anna informou também que durante as conversações de ontem foram tratados das questões relativas à mudança do Regimento e

já iniciados alguns entendimentos em torno dos pontos polêmicos das votações do preâmbulo e dos títulos I e II do projeto de Constituição.

Mudanças
No almoço na casa de Ulysses Guimarães, ficou praticamente acertado que as mudanças no Regimento vão possibilitar que cada constituinte apresente, no máximo, quatro emendas e seis destaques ao terceiro substitutivo de Cabral. Também deverá prevalecer a fusão das propostas do deputado Affif Domingos (PL-SP) e da Mesa da Constituinte. Dessa forma, para a aprovação das preferências serão necessários 280 votos. O "Centrão" defendia que para a aprovação das preferências fossem necessários apenas 280 assinaturas dos constituintes. Mesmo tendo rejeitada sua proposição pelos demais grupos, os centristas devem fechar o acordo para a alteração do Regimento nos termos da sugestão de Affif Domingos.

Hoje, a partir das 10h00, está previsto um novo encontro entre os integrantes do "Centrão", o deputado Ulysses Guimarães e os demais grupos na Constituinte, na casa do ministro Renato Archer, para avançar nos entendimentos para dar início às votações em plenário. O almoço de ontem contou com a presença dos ministros Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, Renato Archer, da Previdência, Ivan de Souza Mendes, SNI, e Luis Henrique, da Ciência e Tecnologia, os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), Nelson Jobim (PMDB-RS), Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e Bernardo Cabral (PMDB-AM), os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Almir Gabriel (PMDB-PA), além do governador do Distrito Federal, José Aparecido, e do embaixador de Portugal, Ademir de Carvalho.

Simon confia no entendimento

Porto Alegre — O governador Pedro Simon previu que até quarta-feira, quando será votada a proposta de mudança do Regimento Interno da Constituinte, deverá ocorrer um acordo entre o "Centrão" e os demais grupos. "Deve haver um entendimento entre todas as facções para que possamos ter uma Constituição que seja moderna, progressista, mas que se identifique com o conjunto da sociedade", afirmou o governador. Experiente conciliador, Simon ainda defende a permanência do presidente José Sarney até 1989, para que depois seja implantado o parlamentarismo.

Para o governador, o agrupamento de parlamentares no "Centrão" foi uma "reação" ao fato do senador Mário Covas ter "colocado pessoas mais identi-

ficadas com a linha progressista na Comissão de Sistematização". Simon acredita, porém, que esta luta teve um resultado positivo. "A consequência e o diálogo", resumiu o governador. Ele admite que a futura Constituição não será escrita por nenhum grupo. "Ela deverá ser a média do pensamento de todos nós", previu.

Dizendo que segue a linha do primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzalez, o governador apelou para que se faça uma Constituição curta. "Uma Constituição que quer ser duradoura deve ser enxuta, que tenha exatamente o substitutivo", defendeu Simon. Na sua opinião, uma Constituição detalhada "deixa aberto o caminho para que o Governo que vai para o poder mude a seu gosto".

Impasse atrasará Constituinte

As atenções no Congresso Nacional nesta semana estarão voltadas para a quarta-feira, quando deverá ser votado o substitutivo do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) que altera o regimento interno da Constituinte. Se for aprovado sem um acordo com a liderança do PMDB e a esquerda, o projeto de Constituição poderá levar mais tempo para ser apreciado no plenário da Constituinte, porque já há 40 pedidos de destaques que alteram o substitutivo de Cardoso Alves. Para todos eles serem apreciados serão necessárias várias sessões.

A demora se explica porque qualquer substitutivo só pode ser considerado totalmente aprovado depois de todos os pedidos de destaques terem sido votados. Caso haja um acordo entre as lideranças partidárias e o "Centrão", que patrocina o substitutivo de Cardoso Alves, os destaques podem ser retirados e assim a Constituinte mantém o curso normal dos seus trabalhos.

Prazos
Com o regimento interno modificado por acordo, a partir da quinta-feira os constituintes terão três dias para apresentar emendas ao projeto de Constituição já aprovado na Comissão de Sis-

tematização. Após esse procedimento o relator da Sistematização terá um prazo máximo de cinco dias para emitir seu parecer sobre as emendas. Terminado esse prazo os constituintes terão mais três dias para apresentar pedidos de destaques aos dispositivos do projeto. Após esse processo é que será iniciada a votação do texto em primeiro turno.

Assim, se for mantido esse procedimento, o projeto de Constituição só começará a ser votado no plenário da Constituinte após o dia 14 de dezembro. O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) acredita que se for superado o impasse que se formou em torno da modificação do regimento interno, a nova Constituição poderá ficar pronta no começo de fevereiro do próximo ano, pois o debate vai se restringir aos pontos considerados polêmicos.

Ainda durante esta semana o Senado e a Câmara vão realizar cada um uma sessão. O Senado aprecia amanhã, vários projetos de lei, e a Câmara, na terça-feira, debate o projeto de lei regulando o valor dos aluguéis dos imóveis residenciais urbanos e a lei que regulamenta a reserva de mercado da informática.

Câmara vota informática

O projeto de lei que determina proteção da propriedade intelectual dos programas de computador (Lei do Software) entra em votação, nessa última sessão da Câmara. Os deputados deverão apreciar o projeto emendado no Senado e aprovado por acordo de lideranças.

As principais emendas que o projeto de lei do Executivo recebeu no Senado, referem-se à criação de uma taxa para a importação de programas de computador. Essa taxa funcionaria paralelamente ao trabalho da Secretaria Especial de Informática —SEI, que determinaria se um programa de computador possui ou não similar nacional.

O projeto enviado à Câmara, pelo ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, previa apenas o conceito da similaridade para impedir a entrada de certos programas de computador no País. Para se chegar à medida de restrição através da taxação e da similaridade, o senador Wedekin ouviu a SEI, a Associação dos Fabricantes de Computadores e Componentes, a Sociedade de

Usuários de Serviços de Informática, o Movimento Brasil Informático, a Associação Brasileira de Empresas de software e outras entidades ligadas ao setor. Através de um entendimento entre essas entidades e alguns senadores interessados no projeto, chegou-se à redação do projeto que hoje se encontra na Câmara.

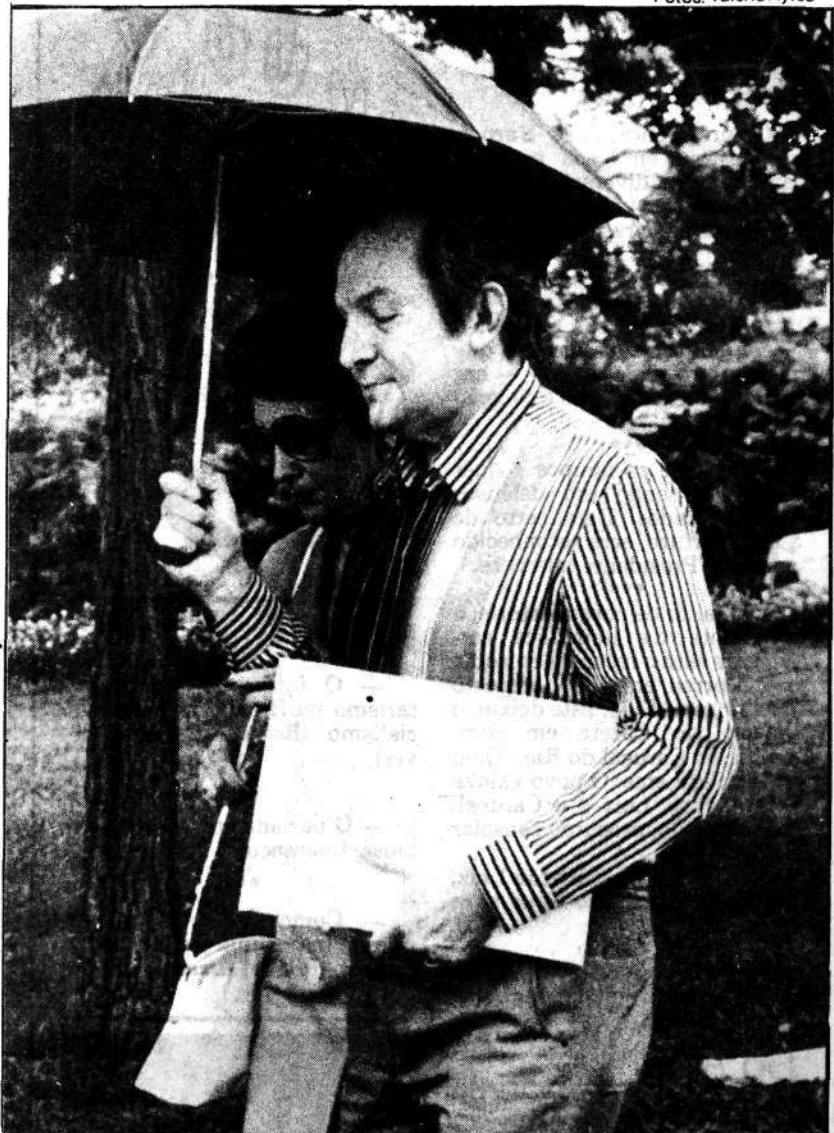
O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, espera aprovar o projeto e enfatizou que as represálias que os Estados Unidos vem ameaçando impor ao Brasil devido à política brasileira de reserva de mercado só servirá para ajudar a aprovar o projeto.

O Partido da Frente Liberal, preferiu pedir à mesa da Câmara, que adiasse a votação do projeto, até a próxima sessão, terça-feira, para que o partido pudesse estudar a matéria com mais calma.

O senador Roberto Campos, (PDS-MS), está sozinho dentro do seu partido, assegura o líder Amaral Netto. Ele disse que o PDS aprovará o projeto, desde que ele não crie restrições para o desenvolvimento tecnológico do País.



O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, representando o Centrão, defende o acordo que Cabral acha quase definido



Grupo vai manter maioria do texto

Se depender da iniciativa do grupo "Centrão", que reúne mais de 300 constituintes de vários partidos, cinco dos nove títulos do projeto de Constituição aprovados na Comissão de Sistematização não sofrerão nenhuma modificação em plenário. Se a vontade do grupo como um todo prevalecer, já se pode considerar praticamente pronto mais da metade do futuro texto Constitucional.

O "Centrão", segundo seus coordenadores temáticos, não pretende oferecer emendas aos títulos I, IV, V, VI e IX, embora seus integrantes estejam livres para votar propostas de outros grupos para modificar as matérias neles contidas. O Grupo, como um todo, só vai apresentar emendas aos títulos II, III, VII e VIII.

Dessa forma, vários pontos do futuro texto da Constituição podem ser antecipados. O sistema de governo e o mandato de 4 anos para o presidente Sarney e outras questões políticas, segundo afirmam seus principais líderes, não serão focalizados pelo "Centrão" nas emendas que apresentará no plenário, porque isso poderia abalar a unidade do Grupo e ficaria a decisão de cada constituinte.

Segundo o senador José Lins (PFL-CE), as emendas do "Centrão" serão reduzidas ao máximo, inclusive nos títulos que pretende modificar, para facilitar a votação em plenário.

Substitutivos
É por isso também que eles insistem na mudança do regimento interno, com o objetivo de permitir emendas substitutivas a títulos. "Assim, no título em que houver necessidade de mais de oito emendas, por exemplo, nós entraremos com uma emenda substitutiva ao título inteiro, o que facilita e apressa a votação, sem deixar de considerar a vontade da maioria".

Essas emendas, de acordo com a proposta do "Centrão", seriam apresentadas com o apoio de 280 constituintes e aprovadas com o mesmo quorum de maioria absoluta.

O "Centrão" não pretende modificar a parte referente ao sistema tributário nacional aprovado na Sistematização, que assegura a transferência para os estados e municípios de vários impostos hoje controlados exclusivamente pela União. Fica restabelecida, também, a prerrogativa do Congresso de participar da elaboração do orçamento anual da União, o que é vedado na Constituição em vigor.

Se depender da iniciativa do "Centrão", o Congresso não poderá ser fechado por determinação do Poder Executivo, como ocorreu no período autoritário, nem mesmo nos casos de decretação do estado de defesa. Também no período de decretação do Estado de Sítio, o Congresso continuará funcionando até o término das medidas coercitivas, de acordo com as normas aprovadas na Comissão de Sistematização.

Novos partidos
Não será alterado pelo "Centrão" o texto da Comissão de Sistematização que facilita a criação de novos partidos políticos. Assim, nos seis meses posteriores, à promulgação da nova Constituição, 30 parlamentares federais poderão requerer ao Superior Tribunal Eleitoral o registro de novo partido, que terá as mesmas prerrogativas e deveres dos atuais, inclusive o de participar, sob legenda própria, das eleições que vierem a ser realizadas nos 12 meses seguintes à sua formação.

O "Centrão" não vai criar ainda, nenhuma dificuldade para a criação do Estado de Tocantins, prevista nas disposições transitórias da Sistematização, assim como para a transformação dos territórios federais de Roraima e Amapá em estados.

Velhos aliados da ex-Arena e do PDS dominam o Centrão

Rubem de Azevedo Lima

Arquivo: 21/10/87

A antiga Arena e o velho PDS do governo do general João Batista Figueiredo constituem as maiores forças políticas do chamado "Centrão", o grupo de constituintes que forçou a direção da Assembleia Nacional Constituinte a reformular o regimento sob o qual será elaborada a futura Constituição do País.

Os ex-pedessistas e arenistas estão filiados hoje a novas agremiações, principalmente ao PFL e ao PMDB, totalizando mais de uma centena de signatários dos documentos do "Centrão", contrários aos dispositivos do projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, porque os consideram de tendência esquerdizante.

Os centristas da extinta Arena, que se elegeram para a Constituinte sob a sigla do PMDB, são dezesseis: Roberto Cardoso Alves (SP); Manoel Ribeiro (PA); Bezerra de Melo (SP); Louremberg Nunes Rocha (MT); Albano Franco (SE); Melo Freire (MG); Saldanha Derzi (MT); Irapuan Costa Junior (GO); Francisco Rolemberg (SE); Vingt Rosado (RN); Matos Leão (PR); Ruben Figueiró (MS); Renato Johnson (PR); Gerson Camata (ES); e Nilson Gibson (PE), além do atual ministro da Habitação e Desenvolvimento, deputado Prisco Viana (BA).

Provém do PDS e se elegeram pelo PMDB os deputados José Carlos Martinez (PR); Francisco Sales (RD) e Alberico Filho (MA), este primo do presidente José Sarney. Um dos peemedebistas signatários dos documentos do "Centrão" é o deputado Jorge Viana (PMDB-BA), que, na ficha de próprio punho, com a qual registrou seus dados biográficos para a lista de parlamentares da legislatura 1979 a 1983, o representante baiano se diz originário do "PTB brizolista".

Fazem parte do "Centrão", ainda, vários deputados evangélicos (a bancada é de 34 re-



Roberto Cardoso Alves

presentantes), dos quais 27 votam sistematicamente com o governo. Um deles, além de Daso Coimbra, é o peemedebista Mário de Oliveira, sem experiência parlamentar anterior. Muitos ex-arenistas ou pedessistas elegeram-se pelo PMDB, mas não pertencem ao "Centrão". E o caso, entre outros, dos senadores baianos Luis Viana Filho e Jutahy Magalhães.

O PFL

A maior parte dos antigos arenistas e ex-pedessistas ingressou no PFL, sob cuja sigla quase todos concorreram e se elegeram à Constituinte.

Os que tiveram passagem pela ex-Arena são Osvaldo Coelho (PE); Vitor Fontana (SC); Ricardo Fiúza (PE); Alysson Paulinelli (MG); José Lins (CE); Furtado Leite (CE); Paulo Pimentel (PR); Cristovão Chiaradia (MG); Francisco Benjamin (BA); Simão Sessim (RJ); João Alves (BA); Inocêncio Oliveira (PE); Osmar Leitão (RJ); Edison Lobão (MA); Alexandre Costa (MA); Guilherme Palmeira (AL); Arnaldo Prieto (RS); Angelo Magalhães (BA); Júlio Campos (MT); Jorge Bornhausen (SC).

Orlando Bezerra (CE); Leur Lomanto (BA); José Lourenço (BA); José Mendonça Bezerra (PE); Antonio Ferreira (AL); Humberto Souto (MG); Maluly Neto (SP); José Camargo (SP); Luis Viana Neto (BA); Vitor Trovão (MA); Carlos Sant'Anna (BA); Divaldo Suruagy (AL); Antônio Ueno (SP) e Homero Santos (MG), no total de 36 constituintes.

Trinta e sete dos centristas do PFL iniciaram sua carreira política sob a sigla do PDS, os quais os deputados Oscar Correa (MG) e Luis Eduardo (BA). O senador Alvaro Pacheco, outro signatário dos documentos do "Centrão", é suplente do ex-pedessista e senador pelo PFL, atual ministro da Educação, Hugo Napoleão, e nunca exerceu qualquer mandato eletivo anterior.

Outros partidos

Nos demais partidos, entre os filiados ao "Centrão" encontram-se trinta constituintes do PDS, dos quais quinze vieram da extinta Arena e outros oito pertenceram a esse mesma agremiação, na legislatura anterior. Sete dos outros partidários do "Centrão" não tinham nenhum mandato. Do período em que existia a Arena, vêm, entre outros, três ex-ministros nos últimos anos (os senadores Roberto Campos e Jarbas Passarinho, além do deputado Delfim Netto) e o próprio líder do partido na Câmara, Amaral Netto (RJ).

Integram ainda o "Centrão" os seguintes constituintes que pertenceram à Arena: Siqueira Campos (PDC-GO); Francisco Rossi (PTB-SP); Joaquim Beviláqua (PTB-SP); Alvaro Vale (PL-RJ) e Affif Domingos (PL-SP).

Excluídos os parlamentares de primeiro mandato, filiados ao "Centrão", a maioria dos 271 votos que aprovaram na Assembleia a reforma do regimento da Constituinte é de congressistas de origem arenista.